****

**Informe da América Latina**

***FOCO sobre Defensores/as de Direitos Humanos frente a ameaças e ataques***

**Boletim | Janeiro 2017**

Este relatório destaca um dos mais graves problemas da região em matéria de empresas e direitos humanos nos últimos anos: os ataques às liberdades civis e defensoras e defensores de direitos humanos. A América Latina tem sofrido um aumento alarmante no número de casos de violência e criminalização contra defensoras e defensores, lideranças comunitárias, sindicalistas e organizações. Em [relatório de 2016 da Global Witness](https://business-humanrights.org/en/report-by-global-witness-reveals-record-number-of-land-environmental-defenders-were-killed-in-2015#c138312) há a denúncia de que 185 ativistas ambientais foram assassinados em todo o mundo em 2015; dois terços na América Latina, "de longe, o maior número de mortes relatadas anualmente". Isso aconteceu apesar de avanços no tema de empresas e direitos humanos na América Latina. Governos e empresas se comprometeram com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas; cinco países iniciaram um processo para a preparação de Planos Nacionais de Ação sobre empresas e direitos humanos, e o Equador tem liderado debates sobre a proposta de um tratado vinculante sobre o tema.

De setembro de 2013 a dezembro de 2016, entramos em contato em 156 ocasiões com empresas para responder a alegações de abusos contra defensoras e defensores, o equivalente a 43,8% de todos os convites enviados às empresas para responder sobre denúncias na América Latina. O setor com o maior número de alegações de abusos contra defensoras e defensores é o de energia (incluindo petróleo, gás, carvão e hidrelétricas), que representaram 41% do total de todos os convites enviados. Em segundo lugar figura o setor de mineração (27%), seguido pelo setor de construção (13%) e do setor agrícola, de alimentos e bebidas (12%).

No que diz respeito aos tipos de abusos contra defensoras e defensores, os abusos mais comuns foram:



Em nossa amostra, os países mais perigosos para defensoras e defensores foram a Colômbia (40% dos convites para responder foram enviados para este país), México (22%), Guatemala (10%), Honduras (7,5%) e Brasil (7,5%) enquanto o resto da região concentrou 13% dos convites. Fizemos uma seleção de casos que ilustram a gravidade e as características da problemática, acompanhada de conclusões e recomendações para empresas e governos. Veja abaixo.

**Ataques físicos**

|  |
| --- |
| *"Com o aumento da demanda por minérios, produtos florestais e óleo de palma; governos, empresas e grupos criminosos estão monopolizando as terras em conflito com as pessoas que vivem lá... As comunidades que defendem estão cada vez mais na linha de fogo das empresas de segurança, forças estatais e de um mercado crescente de assassinos contratados "-* [Relatório](https://business-humanrights.org/en/report-by-global-witness-reveals-record-number-of-land-environmental-defenders-were-killed-in-2015#c138312) da Global Witness, 2016. [Peace Brigades International](https://business-humanrights.org/en/latin-america-ngo-report-highlights-attacks-against-human-rights-defenders-in-conflicts-with-business-over-their-lands-and-resources) e [Front Line Defenders](https://www.frontlinedefenders.org/en/resource-publication/2016-annual-report) chegaram a conclusões semelhantes nos seus relatórios recentes. |

Por exemplo, no início de 2016, no **Brasil,** Nilce Souza Magalhães (Nicinha) [foi assassinada](https://business-humanrights.org/pt/brasil-justi%C3%A7a-global-mab-e-fam%C3%ADlias-homenageiam-defensoras-de-direitos-humanos-pela-defesa-de-pessoas-atingidas-por-barragens) por realizar campanha contra danos sociais e ambientais causados por hidrelétricas no estado de Rondônia. Outra defensora mulher, [Marinalva Manoel, foi estuprada e assassinada](https://business-humanrights.org/pt/brasil-l%C3%ADder-kaiow%C3%A1-assassinada-pertencia-%C3%A0-comunidade-%C3%B1u-por%C3%A3-que-sofre-press%C3%A3o-de-fazenda-vizinha-e-reivindica-terra-ocupada-por-empresa-de-cultivo-de-grama) em 2014, tomando medidas para proteger as terras das comunidades Guarani de ocupação ilegal de cana-de-açúcar, soja e pecuária. Em 2015, recebemos uma [resposta do Complexo Industrial Portuário de Suape (CISP)](https://business-humanrights.org/en/brazil-civil-society-accuses-complexo-industrial-portu%C3%A1rio-de-suape-of-violence-forced-evictions-water-contamination-threats-to-lawyer-company-responds#c124806), em Pernambuco, sobre acusações de assédio a comunidades atingidas por suas operações e ameaças contra advogados que representam essas comunidades. Estes abusos foram documentados pela coalizão de organizações chamada Fórum Suape-Espaço Socioambiental. De acordo com um [relatório de 2014](http://business-humanrights.org/en/deadly-environment-the-dramatic-rise-in-killings-of-environmental-and-land-defenders), 29 defensores foram mortos no **Brasil** por sua [defesa do meio ambiente e do direito à terra e ao território](http://business-humanrights.org/es/nuevo-informe-de-global-witness-documenta-116-defensores-del-medio-ambiente-asesinados). Um exemplo claro deste tipo de ataque é o caso dos pescadores da Associação de Homens e Mulheres do Mar - AHOMAR. O seu presidente, Alexandre, apresentou denúncias contra a Petrobras e outras empresas pelos danos aos modos de vida dos pescadores causados pela ruptura de dutos e construção de um complexo petroquímico na Baía de Guanabara. Alexandre ainda está no [programa de proteção do governo federal](https://business-humanrights.org/pt/brasil-pescadores-artesanais-da-ba%C3%ADa-de-guanabara-resistem-a-amea%C3%A7as-de-morte-e-polui%C3%A7%C3%A3o-petrobras-afirma-dialogar-com-os-pescadores-0) em razão das ameaças de morte que recebeu. Outros pescadores que protestaram foram mortos. Em dezembro de 2013, convidamos a Petrobras a [responder sobre estes abusos; a empresa negou qualquer envolvimento.](http://business-humanrights.org/pt/brasil-relat%C3%B3rio-denuncia-abusos-de-direitos-humanos-de-pescadores-artesanais-em-complexo-petrol%C3%ADfero-na-ba%C3%ADa-de-guanabara)

Em 2014, na **Guatemala,** homens armados que se autoidentificaram como funcionários da Cementos Progreso dispararam contra manifestantes e mataram uma pessoa; as comunidades indígenas se opuseram à fábrica de cimento por vários anos. O conflito resultou [em 11 mortos e vários feridos](http://business-humanrights.org/es/guatemala-estado-de-emergencia-tras-asesinatos-de-11-personas-opositores-y-partidarios-de-proyecto-de-cementos-progreso#c105920).Em declaração pública, a empresa negou qualquer envolvimento. Em outro caso a sociedade civil pediu [uma investigação sobre o ataque armado](http://business-humanrights.org/en/daughter-killed-father-wounded-in-gun-attack-likely-linked-to-tahoe-resources-goldcorp-inc-mine-in-guatemala) que resultou na morte de Topacio Reynoso e ferimento grave de Alex Reynoso; pai e filha têm feito parte da resistência pacífica contra a mina Escobal, da Tahoe Resources. [Nós convidamos](http://business-humanrights.org/en/response-by-tahoe-resources-re-call-for-investigation-into-attacks-linked-to-mine-in-guatemala) [a Tahoe Resources para responder](http://business-humanrights.org/en/response-by-tahoe-resources-re-call-for-investigation-into-attacks-linked-to-mine-in-guatemala); a empresa negou veementemente qualquer forma de envolvimento. Em outro incidente, Brenda Marleni Estrada Tambito [foi assassinada em 2016](https://business-humanrights.org/en/guatemala-intl-unions-condemn-murder-of-guatemalan-union-leader-brenda-estrada-62-union-members-have-been-killed-in-8-years). Ela era líder e integrante do Sindicato dos Trabalhadores da Guatemala (UNSITRAGUA). Em setembro de 2015, [Rigoberto Lima Choc](https://business-humanrights.org/en/guatemala-community-leader-murdered-after-reporting-toxic-spill-in-pasion-river-3-others-detained-after-court-orders-suspension-of-operations-repsa-denies-involvement#c128325) , que denunciou o vazamento tóxico da Repsa no rio La Passion, no estado de Petén, foi morto fora do tribunal Sayaxché. Respa, parte do Grupo Hame, [negou qualquer envolvimento](https://business-humanrights.org/en/reforestadora-de-palma-de-pet%C3%A9n-response) no assassinato.

**Honduras** é o país com a maior taxa de homicídios per capita de defensoras e defensores que se opõem à mineração, hidrelétricas e agronegócio, de acordo com um relatório 2015 da Global Witness. [111 ativistas já foram assassinados desde 2002](http://business-humanrights.org/en/new-report-by-global-witness-finds-at-least-116-environmental-activists-killed-in-2014-0#c122402). Em 2016, a reconhecida defensora e vencedora do Prêmio Goldman, [Berta Cáceres, foi assassinada](https://business-humanrights.org/en/honduras-second-member-of-indigenous-group-murdered-within-2-weeks-dutch-development-bank-suspends-activity); ela era a coordenadora geral do COPINH, uma organização que defende os direitos do povo Lenca. Berta tinha sido desacreditada, presa e ameaçada por suas ações contra o projeto hidrelétrico Agua Zarca, mas nenhuma dessas ameaças foi investigada pelo Estado. [As empresas envolvidas na hidrelétrica se pronunciaram sobre o assassinato](https://business-humanrights.org/en/honduras-second-member-of-indigenous-group-murdered-within-2-weeks-dutch-development-bank-suspends-activity). Desde então, dois outros membros da COPINH [também foram assassinados](https://business-humanrights.org/en/honduras-indigenous-rights-defender-lesbia-yaneth-urquia-opposing-hydroelectric-dams-assassinated). Juan Francisco Martinez [foi assassinado em 2015](http://business-humanrights.org/es/honduras-asesinan-a-defensor-de-derechos-ind%C3%ADgenas-y-opositor-de-la-hidroel%C3%A9ctica-en-la-paz). Ele era parte do movimento local contra a barragem de Los Encinos. Desde 2009, houve [29 assassinatos e dois desaparecimentos](https://business-humanrights.org/en/honduras-human-rights-watch-report-on-violence-in-bajo-aguan-zone-says-private-security-firms-agro-industrial-firm-dinant-involved-in-human-rights-abuses#c79494) denunciados por estarem relacionados ao projeto de óleo de palma da Corporación Dinant em Bajo Aguán. A resposta da Dinant a Human Rights Watch está disponível [aqui.](https://business-humanrights.org/en/pdf-response-by-dinant)

Na **Colômbia,** em 2016, dezenas de defensoras e defensores dos direitos humanos foram assassinados/as, muitos em conflitos relacionados a empresas e direitos humanos. Por exemplo, Erley Monroy, que liderou a oposição à indústria do *fracking* em Caqueta, [foi assassinado](https://business-humanrights.org/es/colombia-tras-la-firma-de-acuerdos-de-paz-se-recrudecen-ataques-contra-dirigentes-sociales-algunos-de-ellos-opositores-a-proyectos-empresariales#c147619) e um de seus colegas sofreu uma tentativa de assassinato. Um líder afrocolombiano que se opôs a operações de mineração em Cesar, incluindo as operações da Drummond, foi assassinado; [a empresa negou qualquer forma de responsabilidade](https://www.business-humanrights.org/en/colombia-ngos-express-concern-over-killing-of-opponent-of-drummond%E2%80%99s-coal-project-includes-statement-by-drummond) neste caso. Um advogado que representava os garimpeiros [foi baleado](https://business-humanrights.org/es/colombia-asesinado-abogado-asesor-de-la-mesa-minera-que-protestaba-contra-zandor-capital-de-gran-colombia-gold-la-empresa-se-pronunci%C3%B3-contra-el-paro) e morto em Antioquia; a empresa que estava envolvida nas negociações com o grupo em questão, a Gran Colombia Gold, não se pronunciou sobre o assassinato. De acordo com a [Comissão Interamericana de Direitos Humanos](http://business-humanrights.org/es/colombia-la-comisi%C3%B3n-interamericana-de-derechos-humanos-condena-asesinatos-de-defensores-de-derechos-humanos-algunos-de-ellos-relacionados-con-su-defensa-de-derechos-a-la-tierra), em 2015, 54 defensores foram mortos na Colômbia e dezenas foram vítimas de ameaças de morte no contexto do progresso nas negociações de paz entre o governo e as FARC. Esses diálogos incluíram uma série de reformas ao acesso à terra de milhões de deslocados internos, as quais envolvem empresas que reivindicam estas terras.

No **México,** também em 2016, uma coalizão de ONGs [documentou 67 abusos](https://business-humanrights.org/es/m%C3%A9xico-67-casos-de-abusos-de-empresas-a-los-derechos-humanos-exhiben-situaci%C3%B3n-en-el-pa%C3%ADs-ante-la-visita-del-grupo-de-trabajo) relacionados a empresas. Em 32 casos, houve abusos contra defensoras e defensores; incluindo 4 assassinatos. Em 2015, os fundadores de uma organização local que trabalha com comunidades indígenas foram [intimidados](https://business-humanrights.org/es/m%C3%A9xico-nuevas-agresiones-a-opositores-a-la-mina-de-gabfer-en-la-comunidad-ind%C3%ADgena-de-zacualpan) e uma ativista teve [que abandonar a região](https://business-humanrights.org/es/m%C3%A9xico-por-amenazas-de-muerte-andr%C3%A9s-cruz-chi-opositor-a-minera-gabfer-debe-abandonar-el-estado%E2%80%8F) depois de receber ameaças por sua oposição ao projeto de mineração Gabfer. Também em 2015, um ativista de Chihuahua [teve que deixar o estado em razão de ameaças](http://business-humanrights.org/es/m%C3%A9xico-mart%C3%ADn-solis-opositor-a-la-minera-mag-silver-abandona-chihuahua-por-motivos-de-seguridad); ele se opõe a atividades de mineração da Mag Silver. Em 2016, ONG locais relataram que as empresas de segurança que trabalham para a empresa de transporte, Ferromex, parte do Grupo México, tinham [assassinado imigrantes da América Central](https://business-humanrights.org/es/m%C3%A9xico-sociedad-civil-denuncia-que-empresas-de-seguridad-cusaem-y-sepromex-agreden-a-migrantes-centroamericanos-en-tr%C3%A1nsito-por-m%C3%A9xico-en-trenes-de-ferromex#c132325) em trânsito através do México e também tinham ameaçado defensoras e defensores. Convidamos a empresa para responder, mas não respondeu. A FIDH e outras organizações internacionais afirmaram [em um relatório de 2014](http://business-humanrights.org/es/defensores-de-derecho-a-la-tierra-cada-vez-m%C3%A1s-son-objeto-de-medidas-represivas-dice-el-observatorio) que lideranças da comunidade de defesa dos direitos da terra foram atacadas indiscriminadamente no **México, Guatemala, Nicarágua** e outros países. Entre as empresas envolvidas estão Abengoa, Bonatti, Enagas, Elecnor, B2Gold, Gas Natural e Exmingua (parte da Kappes, Cassiday & Associates). Apenas [Abengoa](http://business-humanrights.org/es/respuesta-de-abengoa) e [Gas Natural responderam](http://business-humanrights.org/en/node/119801).

No **Peru,** relatórios do Instituto Nacional de Direitos Humanos documentaram [47 mortes](http://business-humanrights.org/en/%E2%80%9Cprotester-killed-in-peru-during-rally-against-southern-copper-project%E2%80%9D) nos últimos 3 anos, decorrentes de conflitos com empresas de mineração e petróleo, incluindo a Candente Copper, Southern Cross e Las Bambas. Todas as vítimas são membros de comunidades que se opõem à mineração pela falta de consentimento prévio, livre e informado, o direito à água e à terra. Em 2016, o renomado defensor do meio ambiente Max Acuña e sua companheira foram [gravemente feridos](https://business-humanrights.org/en/peru-campesina-leader-maxima-acu%C3%B1a-allegedly-attacked-by-mining-firms-guards) em um ataque supostamente por assassinos contratados pela empresa de mineração Yanacocha; a [empresa disse que ela era a vítima de ataques](https://business-humanrights.org/en/peru-campesina-leader-maxima-acu%C3%B1a-allegedly-attacked-by-mining-firms-guards) do casal. Em outro incidente, dois membros de uma comunidade foram mortos em um violento conflito com a polícia, quando protestaram [contra o projeto de mineração Horizonte em novembro de 2016.](https://business-humanrights.org/es/per%C3%BA-ong-llaman-al-di%C3%A1logo-tras-asesinato-de-dos-comuneros-en-choque-con-la-polic%C3%ADa-durante-protesta-contra-consorcio-minero-horizonte-23-heridos-0)

Vários processos foram movidos por esses abusos e violações de direitos humanos. No **Brasil,** em 2015, [um tribunal decidiu que a Syngenta foi responsável](http://business-humanrights.org/en/syngenta-lawsuit-re-attack-on-rural-workers-in-brazil) por um ataque armado contra ativistas que denunciavam experimentos com milho geneticamente modificado em uma área de fronteira protegida do Parque Nacional do Iguaçu. Em 2014, sete homens da Guatemala entraram com [uma ação contra a Tahoe Resources](https://business-humanrights.org/en/tahoe-resources-lawsuit-re-guatemala) no **Canadá** por ataques e ferimentos sofridos durante protestos. Também no **Canadá,** em 2011, [três processos foram abertos contra HudBay Minerals](https://business-humanrights.org/en/hudbay-minerals-lawsuits-re-guatemala-0) e sua subsidiária HMI Níquel, por supostos estupro coletivo, assassinatos e lesões na **Guatemala;** os três processos estão ainda em andamento. Um sindicalista [processou a BP](http://business-humanrights.org/en/bp-sued-in-uk-for-complicity-in-kidnap-torture-of-trade-unionist-in-colombia-company-denies-allegations#c107042) no [Reino Unido](http://business-humanrights.org/en/bp-sued-in-uk-for-complicity-in-kidnap-torture-of-trade-unionist-in-colombia-company-denies-allegations#c107042), em 2014, por suposta cumplicidade da empresa petrolífera no sequestro e tortura de grupos paramilitares na **Colômbia.** Na sequência da decisão Kiobel vs Shell da Suprema Corte de Justiça dos **Estados Unidos**, um [caso contra a Chiquita](http://business-humanrights.org/en/us-top-court-rejects-colombian-chiquita-human-rights-suit) sobre sua suposta colaboração com grupos armados ilegais na **Colômbia** para matar sindicalistas e outros foi indeferido em 2015; mas um tribunal na Flórida, em 2016, [permitiu que o caso contra a empresa](https://business-humanrights.org/en/us-judge-allows-lawsuit-against-chiquita-for-allegedly-funding-colombian-paramilitaries-to-move-forward) pudesse ir a julgamento, incluindo depoimentos de executivos da Chiquita. Um caso contra a Drummond, também sobre assassinatos na **Colômbia,** foi [inicialmente indeferido](http://business-humanrights.org/en/drummond-lawsuit-re-colombia#c122082); mas em recurso para um tribunal superior, em 2016, [a decisão reverteu em parte e afirmou em parte o indeferimento](https://business-humanrights.org/en/drummond-lawsuit-re-colombia). Um tribunal na **Colômbia** [condenou um ex-contratado da Drummond](http://www.business-humanrights.org/Links/Repository/1017149/link_page_view) a 38 anos de prisão em 2013 e, em 2015, um ex-executivo da Drummond foi acusado de assassinato de dois sindicalistas. A Drummond entrou com uma [ação criminal](http://business-humanrights.org/en/drummond-sues-ngo-others-for-accusing-firm-of-collaborating-with-colombian-paramilitaries-intl-ngos-issue-statement) contra os advogados dos demandantes e ONGs relacionadas.

**Outros ataques, incluindo detenções arbitrárias, julgamentos injustos, criminalização, assédio legal, vigilância e restrições às liberdades de locomoção, de expressão e de associação**

*"Há* *uma perversão preocupante do sistema judicial em curso para sufocar o trabalho dos defensores de direitos humanos, especialmente em seus esforços para chamar a atenção às violações perpetradas por empresas multinacionais..." -* [Bettina Cruz](http://business-humanrights.org/en/mexican-human-rights-defender-bettina-cruz-exposes-human-rights-risks-posed-by-wind-farm-companies-in-indigenous-lands) , defensora dos direitos dos povos indígenas contra empresas eólicas em Oaxaca, México, 2015

No **Chile,** membros dos povos indígenas Mapuches têm sido submetidos a prisões arbitrárias e julgamentos injustos desde 2012, como [confirmado](http://business-humanrights.org/es/chile-corte-interamericana-de-derechos-humanos-ordena-anular-sentencias-contra-mapuches-bajo-ley-antiterrorista) pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eles se opõem à privatização da água e extração de madeira industrial em seus territórios ancestrais, envolvendo empresas como a Central Hidroeléctrica Osorno (parte da Empresa Eléctrica Pilmaiquén).

No caso da hidrelétrica [de Cambalam, da Hidro Santa Cruz (parte da Hidralia](http://business-humanrights.org/es/respuesta-de-hidro-santa-cruz-sobre-el-proyecto-hidroel%C3%A9ctrico-canbalam-en-guatemala)), foram relatadas prisões arbitrárias e falsas acusações contra lideranças na **Guatemala.** Convidamos a [Hidro Santa Cruz para responder](http://business-humanrights.org/es/respuesta-de-hidro-santa-cruz-a-alegaciones-de-comunidades-de-guatemala), a qual afirmou que a maioria da comunidade apoia a barragem e negou envolvimento com as prisões. Entre 2014 e 2015, as autoridades responderam aos protestos da comunidade Ch'orti contra [projetos hidrelétricos da America Trans Group](http://business-humanrights.org/en/guatemala-hydroelectric-projects-by-america-trans-group-breached-right-to-consultation-and-will-have-negative-impacts-on-indigenous-communities%C2%B4-livelihoods-say-experts#c132897) com repressão, criminalização e detenção. [A America Trans Group respondeu](http://business-humanrights.org/en/guatemala-hydroelectric-projects-by-america-trans-group-breached-right-to-consultation-and-will-have-negative-impacts-on-indigenous-communities%C2%B4-livelihoods-say-experts#c132897) a estas denúncias. Por muitos anos, as comunidades locais, lideradas por mulheres, têm protestado pacificamente contra a mina de ouro El Tambor, de Kappes, Cassiday & Associates.  [Em 2014, houve um despejo violento deixando muitas pessoas feridas e quatro presas](http://business-humanrights.org/en/violent-eviction-of-the-la-puya-peaceful-mining-resistance-guatemala).

No **Equador,** Javier Ramirez, um líder da oposição ao projeto de mineração [Enami-EP](http://business-humanrights.org/es/ecuador-una-decisi%C3%B3n-judicial-decide-encarcelar-dos-meses-m%C3%A1s-a-defensor-de-derechos-ambientales), foi acusado de "rebelião" e condenado a doze meses de prisão em 2015. Em outro julgamento separado, dois líderes comunitários que se opunham à hidrelétrica Hidrotambo [foram acusados em 2016 de "atos terroristas"](http://business-humanrights.org/es/ecuador-amnist%C3%ADa-internacional-lanza-campa%C3%B1a-por-dos-dirigentes-opositores-a-hidroel%C3%A9ctrica-tambo-acusados-de-%E2%80%9Cterrorismo-organizado%E2%80%9D) por um suposto ataque a um veículo de segurança em 2012, no contexto de protestos da comunidade contra a usina. Sobre Yasunidos, um grupo que faz campanha contra a exploração de petróleo na Amazônia, foi revelado em [relatórios de 2015](http://www.civicus.org/images/AgainstAllOdds%20-%20PWYPCivicus%20reportoncivicspace%281%29.pdf) que a Secretaria Nacional de Inteligência estava analisando os métodos e organização interna do grupo, bem como dados sobre a identidade dos seus ativistas, telefonemas e outras informações sem mandado judicial. Em 2016, as comunidades indígenas Shuar, que se opõem ao projeto de mineração da Corriente Resources, de propriedade chinesa sofreu [uma escalada nos ataques contra](https://business-humanrights.org/es/ecuador-gobierno-declara-estado-de-emergencia-tras-violento-conflicto-ind%C3%ADgena-contra-explorcobres-que-dej%C3%B3-un-polic%C3%ADa-muerto-y-varios-heridos-con-declaraciones-de-la-empresa) eles, quando o governo declarou estado de emergência e prendeu vários líderes. Paralelamente, o governo iniciou um processo administrativo para fechar Acción Ecológica, uma ONG ambientalista e de direitos humanos que tem sido fundamental no apoio para indígenas que protestam e que critica o modelo econômico extrativista do Estado.

No **Peru,** um defensor dos direitos humanos foi preso e [acusado de promover o plantio de árvores](http://business-humanrights.org/es/%E2%80%9Cyanacocha-arremete-otra-vez-l%C3%ADder-ambientalista-es-enviado-a-la-c%C3%A1rcel-por-sembrar-%C3%A1rboles%E2%80%9D) em terras de propriedade da mineradora Yanacocha, mas depois foi libertado; a empresa negou qualquer envolvimento no incidente. Um grupo de 16 moradores foram legalmente [acusados de sequestro e outros crimes](http://business-humanrights.org/es/per%C3%BA-criminalizaci%C3%B3n-de-dirigentes-ambientales-enfrentan-cargos-por-violencia-y-secuestro), aparentemente em razão de sua oposição à expansão da mineradora Yanacocha.

Em alguns casos, os jornalistas que informam sobre abusos perpetrados por empresas também têm sido vítimas de criminalização e processos que parecem querer silenciá-los. No **México,** Exploraciones Oceánicas, da Oddyssey Marine Explorations, entrou com uma [ação](https://business-humanrights.org/es/m%C3%A9xico-periodista-es-denunciado-penalmente-por-revelar-afectaciones-al-medio-ambiente-de-la-empresa-exploraciones-oce%C3%A1nicas-parte-de-odyssey-marine) contra um jornalista que relatou em 2014 os possíveis impactos negativos de suas operações de mineração. Na **Nicarágua,** os [jornalistas que cobriam um protesto contra o Canal Interoceánico, um projeto da HKND/3} sofreu assédio e abusos por parte da polícia.](https://business-humanrights.org/es/nicaragua-amnist%C3%ADa-internacional-denuncia-amenazas-e-intimidaci%C3%B3n-contra-opositores-al-canal-proyecto-de-la-compa%C3%B1%C3%ADa-hknd)

No contexto dos conflitos sociais, alguns dos quais resultaram em violência, os governos latino-americanos impuseram restrições às liberdades de locomoção, de expressão e de associação da sua população. Na **Venezuela,** isso aconteceu com os [trabalhadores da Sidor](https://business-humanrights.org/es/venezuela-aunque-con-presentaciones-peri%C3%B3dicas-al-tribunal-quedaron-en-libertad-sindicalistas-de-sider%C3%BArgica-detenidos) e outras empresas estatais que protestavam; na **Colômbia,** contra os grupos que se opunham à [barragem de Hidrosogamoso, da Isagen](https://business-humanrights.org/es/colombia-comunidades-de-santander-son-reprimidas-en-protestas-por-impactos-negativos-de-hidrosogamoso#c125054), um de seus líderes foi desaparecido forçosamente; no **Peru,** contra indígenas que protestavam contra [poluição por petróleo da Pluspetrol na Amazônia](https://business-humanrights.org/es/per%C3%BA-protestas-ind%C3%ADgenas-en-la-amazon%C3%ADa-por-contaminaci%C3%B3n-causada-por-oleoducto-norperuano-de-petroper%C3%BA-incluye-declaraci%C3%B3n-de-la-empresa#c147515); no **Paraguai,** contra [indígenas Ayoreo](https://business-humanrights.org/es/paraguay-amnist%C3%ADa-internacional-y-oxfam-hacen-campa%C3%B1a-ante-grave-violaci%C3%B3n-de-derechos-humanos-por-disputas-de-tierras) que lutam contra a grilagem de terras por parte de empresários pecuaristas e do agronegócio da soja Yaguaraté Porã e Carlos Casado; na **Nicarágua,** os trabalhadores da empresa têxtil sul-coreana, Tecnotex, [protestavam por melhores condições de trabalho](https://business-humanrights.org/es/nicaragua-jueza-sentencia-a-prisi%C3%B3n-a-trabajadores-textiles-de-technotex-tras-protestas-por-mejores-condiciones-laborales), quando a polícia prendeu algumas lideranças e foram processados.

**Conclusões**

Apesar de tantos abusos, também há razões para esperança. Há empresas que foram proativas e deram passos positivos adotando algumas ações como ocorreu com oito empresas do setor têxtil que fizeram uma [declaração em 2015](https://business-humanrights.org/es/m%C3%A9xico-marcas-de-ropa-apoyan-recomendaciones-de-la-oit-para-reformar-la-ley-laboral-a-favor-de-la-libertad-de-asociaci%C3%B3n) solicitando ao governo mexicano que tome medidas para respeitar a liberdade de associação. Alguns investidores estão mais conscientes dos riscos legais, financeiros e reputação por não considerar as questões dos direitos humanos em seus investimentos. E estão exercendo maior pressão sobre as empresas em seus portfólios para que respeitem direitos humanos bem como defensoras e defensores de direitos humanos, como aconteceu com [FMO](https://business-humanrights.org/es/respuesta-de-la-direcci%C3%B3n-del-fmo-al-informe-y-recomendaciones-de-la-misi%C3%B3n-de-investigaci%C3%B3n-independiente-sobre-agua-zarca) no caso de Agua Zarca.

No entanto, estes exemplos são poucos e isolados. Nos últimos três anos, a América Latina tem sofrido com o aumento preocupante da criminalização e ataques contra as organizações e comunidades que defendem e promovem os direitos humanos contra investimentos de grande escala bem como violações de direitos trabalhistas, como demonstrado nos casos apresentados neste relatório (vale lembrar que não se trata de uma lista exaustiva).

Muitas vezes, defensoras e defensores de direitos humanos carecem de garantias básicas de segurança e estão sujeitos/as a campanhas caluniosas e perseguição judicial destinada a obstruir o seu trabalho para defesa dos princípios dos direitos humanos e das vítimas. O Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação de defensores/as de direitos humanos sublinhou em várias ocasiões que este grupo de pessoas é um dos mais vulneráveis. Relatórios de várias organizações de observadores que monitoram a situação de defensoras e defensores de direitos humanos, em geral, coincidem em destacar a situação dos defensores/a que atuam em contexto de crescente competição pelo controle da terra e dos recursos naturais. Os casos mencionados aqui ilustram as tendências e métodos, bem como a situação particularmente vulnerável enfrentado por povos indígenas e mulheres defensoras.

A conclusão lamentável é que os ataques tornaram-se sistemáticos, estratégicos e intrínsecos à forma como negócios são feitos em muitos setores e regiões da América Latina. Há países - e áreas dentro desses países - onde a repressão é particularmente intensa. Além disso, os governos adotaram leis que restringem as liberdades civis na região. Regulamentos draconianos e leis tendenciosas contra aqueles/as que se opõem a projetos e investimentos são rotineiramente utilizados em toda a região para dissuadir outras pessoas de protestar, independentemente das possíveis consequências negativas que tais projetos possam causar.

Apesar de tudo isso, além do imperativo moral das empresas evitarem abusos e repressão, existe claramente também um business case (razão de negócio). Abusos e violações geram protestos, suspensões e processos com um elevado potencial de perdas financeiras. Em nossa era de redes sociais globais, as empresas estão cada vez mais expostas a escrutínio público e riscos a sua reputação em razão dos abusos e/ou violações. Isso pode por em risco a licença social para que a empresa opera, bem como aumenta os custos de capital, isola o talento que é um ponto chave para mais competitividade e atrai o opróbrio de campanhas globais contra eles.

Esta situação tem de mudar, de modo que as nossas recomendações para as empresas são:

* Sempre que a legislação nacional tiver um padrão mais baixo em comparação com os padrões internacionais, as empresas devem seguir o padrão mais alto possível. Isso vai ajudar a empresa não só a evitar estar envolvida em abusos/violações de direitos humanos, mas em ações judiciais e campanhas negativas e potencialmente desastrosas.
* Adotar medidas para proteger e ajudar a defender o trabalho de defensores/as de direitos humanos. Seu trabalho, em última análise, também garante um ambiente de respeito pelo Estado de Direito onde os negócios possam prosperar. As empresas têm uma influência significativa sobre o governo e, portanto, assumir uma posição pública ou privada, sempre que um/a defensor/a for atacado/a, pode fazer uma diferença real e positiva.
* As empresas devem considerar o desenvolvimento de uma política de compromisso com respeito e apoio à sociedade civil, liberdades civis e defensores/as de direitos humanos, como [tem feito a Adidas](http://www.adidas-group.com/media/filer_public/f0/c5/f0c582a9-506d-4b12-85cf-bd4584f68574/adidas_group_and_human_rights_defenders_2016.pdf), ou incluir cláusulas relativas a essas pessoas na sua políticas já existentes.
* Certifique-se de que pessoas e comunidades atingidas por projetos de infraestrutura e extrativos possam exercer o direito de consulta livre, prévia e informada, e possam até recusar o consentimento a projetos de extração de recursos naturais que os atinge diretamente. Quando o dano já ocorreu, essas pessoas devem receber uma compensação justa e oportuna, incluindo ações para remediar os dano ambientais e sociais.
* Promover uma cultura de respeito aos direitos humanos por meio da implementação de ações de devida diligência em direitos humanos antes de realizar os investimentos, com especial atenção às regiões que tenham sofrido com violência e conflito armado anteriormente.

Recomendações para os governos da América Latina:

* Cumprir as suas obrigações de respeito, proteção e promoção dos direitos humanos, em conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos e outros instrumentos internacionais obrigatórios. Promover Planos Nacionais de Ação para internalizar os Princípios Orientadores e que incluam garantias explícitas e medidas de proteção ao trabalho de defensoras/es de direitos humanos. Deverá também tratar do que se espera de suas empresas que operam em outros países. Durante o processo de consulta, garantir que as pessoas atingidas e, sobretudo, as perspectivas das vítimas sejam levadas em conta em um ambiente seguro e com liberdade.
* Os governos devem intervir com urgência para parar o aumento da violência contra defensoras/es de direitos humanos. Isso inclui parar a estigmatização contra elas/eles, fortalecendo as leis de proteção, garantindo que processos judiciais e administrativos não sejam enviesados, e que sejam eficientes e acessíveis a todos, assegurando que os responsáveis ​​por abusos/violações sejam levados à justiça e que o direito à liberdade de expressão daquelas/es que são críticos em relação a projetos empresariais, jornalistas investigativos e órgãos de fiscalização também seja garantido.
* Assegurar a transparência na adjudicação de contratos e licenças e só depois de ter escutado e seriamente considerado os pontos de vista das comunidades. Isto trará benefícios a longo prazo para o país sob a forma de royalties e impostos distribuídos de forma justa, incluindo as comunidades diretamente atingidas pelos projetos.
* Produzir regulamentos para fortalecer e implementar a legislação que protejam os direitos das vítimas de abusos e violações de direitos humanos pelas empresas. Por exemplo, os governos devem incluir cláusulas de direitos humanos em compras públicas de empresas privadas e acordos comerciais.